Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

TERESOPOLITANAS

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Campanha segue até o fim do mês

Teresópolis realiza campanha de multivacinação

Seguindo o Ministério da Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) realiza, até o dia 31 de outubro, a Campanha Nacional de Multivacinação. O objetivo é atualizar a caderneta de crianças e adolescentes até 15 anos de idade, aplicando todas as vacinas do calendário deste público e protegendo contra 20 doenças. A SMS alerta: pais e responsáveis devem conferir se o cartão inclui todas as vacinas do calendário atualizado do Ministério da Saúde. O Dia D de mobilização da campanha está marcado para 18 de outubro.

Horário

De segunda a sexta, o atendimento acontece em 20 unidades de saúde, das 8h às 17h. Basta apresentar caderneta de vacinação, cartão SUS ou CPF. Os profissionais de saúde irão conferir e atualizar a caderneta.

Imunizantes I

Entre os imunizantes disponíveis para aplicação durante a campanha estão: BCG, Hepatite B, Penta (DTP/Hib/HB), Poliomielite inativada, Rotavírus, Pneumocócica 10 valente (conjugada).

Imunizantes II

Além de: Meningocócica C (conjugada) / Meningocócica ACWY (conjugada), Influenza, Covid-19, Febre amarela, Tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola), Varicela, DTP, Hepatite A, HPV.

Evento

Por iniciativa da Secretaria de Cultura, a praça da Casa de Cultura Adolpho Bloch, no bairro de Fátima, recebe um evento especial gratuito neste domingo (12) em celebração ao Dia das Crianças.

CORREIO SERRANO

Reprodução

Caravana

Iniciativa é do Governo do Estado

A Câmara de Areal recebeu, na última segunda-feira (06), a Caravana do Empreendedorismo RJ, uma iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro que tem como objetivo fortalecer o empreendedorismo fluminense e ampliar o impacto econômico, social e ambiental dos negócios locais. O programa, criado pela Subsecretaria de Ações Comunitárias e Empreendedorismo, prevê a realização de 22 caravanas no estado.

Problemas de abastecimento

A Comissão de Defesa dos Servidores Públicos, Defesa do Consumidor e Serviços Públicos da Câmara de Areal, composta pelos Vereadores Luís da Papelaria, Danilo Gouvêa e Valter Luís, realizou uma reunião para tratar do abastecimento de água no município. Os parlamentares reforçaram a necessidade de ações urgentes para a melhoria da rede de abastecimento, com especial atenção aos bairros Pará, Cedro e Alberto Torres, regiões mais afetadas pela irregularidade.

Vacina

A Prefeitura de Areal e a Secretaria de Saúde vão realizar, a partir do dia 14 de outubro, será realizada a campanha de vacinação volante nas UBS dos bairros do município. Além de vacinação, haverá também a pesagem do Bolsa Família.

TR+ emprego

A Prefeitura de Três Rios divulgou novas vagas de emprego formal. Para se candidatar baste enviar o currículo até a sede do pograma TR+ emrprego ou pelo email emprego@tresrios.rj.gov.br. Entre as vagas estão: eletricista, vendedor e chapeiro.

Audiência

A Câmara de Nova Friburgo promoverá audiências públicas para debater os projetos da LOA (Lei Orçamentária Anual) para 2026 e do Plano Plurianual para 2026 a 2029. O debate acontece nas duas próximas segundas, dias 13 e 20 de outubro.

Atividades

De 7 a 11 de outubro, Nova Friburgo recebe a 2ª edição da "Semana da Criança", com o tema "Energia de Criança é Luz!". O evento oferece programação gratuita e diversificada para estimular o olhar das crianças para a cultura e a arte.

Abstenção em Três Rios reflete cenário nacional

Desinteresse dos eleitores reflete na alta abstenção, diz especialista

Por Gabriel Rattes

Ana Paula Caneda/CM

Número de abstenções superou o número de votos recebidos pelo candidato eleito

A eleição suplementar de Três Rios, no último domingo (5), foi marcada por uma abstenção de 17.930 eleitores, o que representa 29,25% do total de aptos a votar. O número superou a votação do candidato eleito, Jonas Dico (Podemos), que recebeu 16.182 votos. Segundo o cientista político George Gomes Coutinho, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), o caso de Três Rios não é isolado: o aumento da abstenção tem se tornado um padrão nas eleições brasileiras desde os anos 2000.

"Três Rios se enquadra na média nacional do absenteísmo eleitoral. Na última eleição presidencial, por exemplo, a taxa de abstenção foi praticamente idêntica: 29,2%. Isso mostra que o desinteresse do eleitor não é um fenômeno local, mas nacional — e, em nenhum dos casos, sinal de boa saúde democrática", analisa o professor.

Justificativa digital e falta de representação

Entre os motivos para o crescimento da abstenção, Coutinho aponta dois fatores principais: a facilidade de justificar o voto pela internet e a falta de identificação do eleitor com os candidatos.

"Com o avanço da digitalização da Justiça Eleitoral, justificar o voto ficou mais fácil. O eleitor não precisa ir até o cartório, basta acessar o aplicativo e-Título pelo celular. Isso reduz o custo da ausência. Além disso, há quem não se sinta representado nem pelos candidatos nem pelo regime político em si", explica.

Cassação e frustração política

O cientista político avalia que, no caso específico de Três Rios, a cassação do ex-prefeito Joacir Barbaglio (Republicanos) e a realização de uma eleição suplementar também podem ter influenciado diretamente o comportamento do eleitor.

"É possível que parte da população tenha se desanimado após a cassação de uma chapa eleita. Mesmo quando há motivos legítimos para a decisão judicial, o eleitor pode encarar a nova eleição como algo 'no tapetão', o que gera desmotivação", afirma.

Coutinho ressalta, porém, que isso não significa defender o fim da judicialização da política, mas compreender que ela pode ter efeitos colaterais no engajamento eleitoral.

Legitimidade e desafios do novo governo

Para o especialista, eleições suplementares trazem um desafio extra: conquistar a confiança dos eleitores e das forças políticas locais.

"Chapas eleitas nesse contexto sempre começam com um risco teórico de fragilidade. O prefeito Jonas Dico precisará legitimar seu mandato não apenas pelo voto, mas pela capacidade de governar e dialogar com diferentes setores da cidade", observa o professor.

Democracia e participação cidadã

Encerrando a análise, George Gomes Coutinho faz um alerta sobre o que o alto número de abstenções representa para a democracia brasileira.

"O voto é um direito político, uma forma de o cidadão participar da construção do país. Quando quase um terço da população deixa de exercer esse direito, é um sinal de alerta. Precisamos recuperar a confiança do eleitor nas instituições e na política", conclui.

Contexto

A eleição suplementar de Três Rios foi convocada após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferir a candidatura do ex-prefeito Joacir Barbaglio, em julho deste ano. O pleito suplementar definiu Jonas Dico (Podemos) como prefeito até 31 de dezembro de 2028, ao lado do vice Arsonval Macedo Liliu (MDB).

A diplomação dos eleitos está marcada para o dia 29 de outubro, no Fórum da cidade.

Nova Friburgo possui um déficit habitacional de mais de 13 mil famílias

Por Leandra Lima

Reprodução/Redes Sociais

Déficti habitacional do município supera o índice nacional

O município de Nova Friburgo possui um déficit habitacional de 13.021 famílias. O dado foi apresentado pelo secretário da pasta, Rodrigo de Oliveira, em audiência pública que tratou sobre o "Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)" na última semana. O levantamento inclui o número de habitações precárias (5716), coabitação (3064), ônus excessivo com aluguel (4199) e domicílios improvisados (42), além da parcela que reside em áreas de risco, sendo 4.658 perto de encostas e outros pontos de deslizamento e 664 em áreas de inundação.

Os números apreciados em sessão plenária, destacam que Nova Friburgo possui um déficit habitacional de 13,4%, bem acima da média nacional, que é de 8,3%.

Dificuldades

O relatório apontou as principais dificuldades do território, que sofre com históricos de tragédias socioambientais, devido a estrutura geográfica e climática. "Então, colocamos as principais fragilidades encontradas no diagnóstico para tratar a questão habitacional em Friburgo. Temos obstáculos geográficos, por conta da estrutura natural da região, muita montanha e área de florestas que não podem ser reduzidas. Há um percentual de 20% de pastagem, mas a maioria é em terreno muito inclinado, que realmente não serve para habitação", pontuou o secretário.

Outro ponto levantado por ele foi a ocupação de edificações no espaço. "Hoje temos apenas 3,52% do território ocupado com edificações. As dificuldades climáticas, pelo natural da história do município em viver sequências de tragédia, por essa topografia, há um grande volume de enxurradas e deslizamentos de terra. Esse é um problema que a cidade encontra desde a fundação, o que dificulta a questão da solução do problema habitacional", analisou.

Saúde econômica

Além da síntese apresentada, outro fator que leva a esse déficit habitacional é a saúde econômica da cidade, que carrega um histórico de falências de grandes empresas de têxtil e metalúrgica, antes estabelecidas no município. "Hoje, na cidade temos uma boa parcela ganhando salário mínimo. Com uma renda média de 1,8 salário, que é a 68ª colocação entre os 92 municípios do Estado", disse Rodrigo Oliveira.

Segundo o secretário, esse fator reflete no cenário atual, no que tange a conquista de uma casa por parte da população mais carente. Refletindo diretamente na quantidade de famílias inscritas no programa Cadastro Único (CadÚnico), somando 24.919.

Estratégias

Diante do recorte exposto, a Prefeitura Municipal, junto com a Secretaria, montou o PLHIS, que prevê a consolidação de um marco institucional e técnico para a política habitacional; estabelecer metas entre 2026 a 2035; garantir a participação social qualificada na definição das diretrizes do plano; promover a integração intersetorial entre Habitação, Assistência Social, Meio Ambiente Planejamento Urbano e Defesa Civil e encaminhar a proposição legislativa do projeto de Lei Municipal de habitação, com vigência entre 2025 e 2035.

MPRJ x plano de habitação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), veem acompanhando as movimentações em relação ao plano, em junho deste ano, expediu uma recomendação à Câmara de Vereadores suspendesse a tramitação do anteprojeto de lei encaminhado pelo Executivo municipal que versava sobre a criação de um conselho que continha um dispositivo para alterar o Plano Diretor da cidade. Nesse sentido, a Promotoria entendeu que a Prefeitura deveria garantir à ampla discussão do tema com os munícipes, afetados diretamente pelos problemas.

Outra intervenção do órgão aconteceu em setembro, quando foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o município. Nele, a Prefeitura se comprometeu a cumprir a sentença transitada em julgado em 2014, em ação civil pública proposta em 2010, que determinou a demolição de imóveis interditados e a remoção de eventuais moradores em situação de risco, além da realização de reflorestamento na localidade de Barra de São João, em Riograndina, área afetada por deslizamentos.

O acordo prevê ainda que o município deveria notificar 14 famílias que ocupam imóveis em área de risco "muito alto ou alto" para desocupação em até 30 dias, estão no prazo. Também ficou acordado que deveriam promover a completa remoção das famílias e de seus pertences, oferecendo abrigo ou benefício social no prazo de 60 dias a partir da assinatura do acordo.